



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 297/2016 - UFPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

NÍVEL D (Nível Médio)  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

19 de fevereiro de 2017

Nome: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

BOLETIM DE PROVA

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 10** de Língua Portuguesa e **10** de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

**CARTA POR UM MUNDO SEM VIOLÊNCIA**

1 A violência é uma doença passível de prevenção. Nenhum estado ou indivíduo pode estar seguro  
2 em meio a um mundo sem segurança. Os valores de não violência na intenção, no pensamento e na ação  
3 se transformaram de opção a necessidade. Esses valores encontram expressão na sua aplicação no  
4 relacionamento entre estados, grupos e indivíduos. Estamos convictos de que a adesão aos valores da não  
5 violência trará uma ordem mundial mais pacífica e civilizada, na qual haverá de fato uma governança justa  
6 e eficaz, que respeita a dignidade humana e a santidade da vida. Nossas culturas, histórias e vidas  
7 individuais estão interconectadas, e nossas ações são interdependentes. Hoje, mais do que nunca, não  
8 podemos ignorar esta verdade: nosso destino é um destino comum. E esse destino será definido pelas  
9 nossas intenções, decisões e ações no presente. Estamos convictos ainda de que, não obstante difícil, o  
10 processo de criar uma cultura de paz e não violência é necessário e nobre. A afirmação dos valores contidos  
11 nesta Carta é um passo vital para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade e a  
12 consecução de um mundo sem violência.

13 Nós, Laureados com o Prêmio Nobel da Paz, reafirmando nosso compromisso com a Declaração  
14 Universal dos Direitos Humanos, movidos pela preocupação e necessidade de pôr fim à disseminação da  
15 violência em todos os níveis da sociedade, e principalmente às ameaças de escala global que põem em  
16 risco a sobrevivência da raça humana, pedimos à comunidade global que promova os seguintes princípios:

17 Primeiro: Em um mundo interdependente a prevenção e cessação de conflitos armados entre e  
18 dentro dos estados poderá exigir a ação coletiva da comunidade internacional. A segurança de um país ou  
19 estado individual pode ser obtida pela promoção da segurança humana global. Isto requer o fortalecimento  
20 da capacidade de implementação do sistema das Nações Unidas, e também da cooperação entre  
21 organizações regionais. Segundo: Para ter um mundo sem violência, os estados devem respeitar o estado  
22 de direito e sempre honrar seus compromissos legais. Terceiro: É fundamental avançarmos sem demora  
23 para a eliminação universal e verificável de todas as armas nucleares e de destruição em massa. Os  
24 estados que possuem tais armas devem tomar medidas concretas em direção ao desarmamento e à criação  
25 de um sistema de segurança que não dependa de intimidação nuclear. Quarto: A fim de contribuir para a  
26 eliminação da violência na sociedade, a produção e venda de armas leves deve ser reduzida e fortemente  
27 controlada em nível internacional, regional, nacional e local. Quinto: O terrorismo jamais pode ser justificado,  
28 pois a violência sempre gera violência, e porque nenhum ato de terror contra populações civis de qualquer  
29 país pode ser levado a cabo em nome de causa alguma. Mas a luta contra o terrorismo não pode justificar  
30 a violação de direitos humanos, leis humanitárias internacionais ou normas civilizatórias e democráticas.  
31 Sexto: Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional pela igualdade,  
32 liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos,  
33 instituições estatais, religiões e sociedade civil. Sétimo: Todos os indivíduos e estados partilham da  
34 responsabilidade pela prevenção da violência contra crianças e jovens, nosso futuro comum e mais precioso  
35 dom. Todos eles têm direito à educação de qualidade, cuidados básicos de saúde eficazes, segurança  
36 pessoal, proteção social, plena participação na sociedade e um ambiente propício que reforce a não  
37 violência como estilo de vida. A educação para a paz, que promove não violência e enfatiza a qualidade  
38 humana inata da compaixão, deve ser parte essencial do currículo das instituições educacionais de todos  
39 os níveis. Oitavo: Prevenir os conflitos advindos da falta de recursos naturais, principalmente fontes de  
40 energia e água, requer que os estados, afirmativamente e pela criação de padrões e mecanismos legais,  
41 garantam a proteção do meio ambiente e motivem a população a ajustar seu consumo segundo a  
42 disponibilidade de recursos e verdadeiras necessidades humanas. Nono: Pedimos às Nações Unidas e  
43 seus estados membros que promovam a apreciação da diversidade étnica, cultural e religiosa. A regra de  
44 ouro do mundo não violento é: Trate os outros da forma como deseja ser tratado. Décimo: Os principais  
45 instrumentos políticos que levam ao nascimento de um mundo não violento são instituições democráticas  
46 que funcionem e o diálogo baseado na dignidade, conhecimento e compromisso, conduzido com vistas ao  
47 equilíbrio dos interesses das partes envolvidas. Décimo Primeiro: Todos os estados, instituições e  
48 indivíduos devem apoiar os esforços para diminuir a desigualdade na distribuição dos recursos econômicos  
49 e resolver as desigualdades mais gritantes que constituem solo fértil para a violência. O desequilíbrio nas  
50 condições de vida leva inevitavelmente à falta de oportunidades e, em muitos casos, à perda da esperança.  
51 Décimo Segundo: A sociedade civil (inclusive os defensores dos direitos humanos e da paz) e os ativistas  
52 ecológicos devem ser reconhecidos e protegidos como grupos essenciais para a construção de um mundo  
53 não violento, pois todos os governos devem servir às necessidades de seu povo. Devem ser criadas  
54 condições para permitir e incentivar a participação da sociedade civil, especialmente das mulheres, nos  
55 processos políticos em nível global, regional, nacional e local. Décimo Terceiro: Ao implementar os  
56 princípios dessa Carta, convidamos todos a trabalharem juntos por um mundo mais justo, livre da prática



57 do matar, no qual todos tenham o direito de não serem mortos e a responsabilidade de não matar ninguém.  
58 A fim de combater todas as formas de violência, incentivamos a pesquisa científica em todos os campos da  
59 interação e diálogo humanos e pedimos a participação das comunidades acadêmica, científica e religiosa  
60 para que nos ajudem na transição para sociedades não violentas onde não se mata.

*Este documento é resultado de vários anos de trabalho de pessoas e organizações laureadas com o Prêmio Nobel da Paz. A minuta foi aprovada na 7ª Cúpula Mundial como “Primeira Minuta para uma Carta por um Mundo Sem Violência”. A versão final foi aprovada pelos Laureados com o Prêmio Nobel da Paz na 8ª Cúpula dos Laureados com o Prêmio Nobel da Paz em 2007.*

<http://www.comitepaz.org.br/download/carta%20por%20um%20mundo%20sem%20viol%C3%Aancia.pdf>

Texto adaptado.

- 1 Com base no texto “Carta por um mundo sem violência”, é CORRETO afirmar que
- (A) diferentes formas de violência ocorrem diariamente no mundo, pondo em risco a vida de seres humanos, animais, vegetais.
  - (B) a vida de todos os povos da terra, embora não seja idêntica da perspectiva étnico-cultural, está plenamente interconectada.
  - (C) a diversidade étnica, cultural e religiosa é apontada como a principal causa de conflitos no mundo.
  - (D) a participação das mulheres aumentou consideravelmente nos processos civilizatórios do mundo moderno.
  - (E) o trabalho para a construção de um mundo não violento depende essencialmente de políticas públicas que tornem isso viável.
- 2 O texto “Carta por um mundo sem violência” tem como objetivo
- (A) traçar um plano para apoiar o diálogo entre os países.
  - (B) incentivar a erradicação de formas específicas de violência.
  - (C) promover a inter-relação étnica, cultural e religiosa entre os povos.
  - (D) estimular a vida em comunidade no mundo.
  - (E) indicar caminhos para buscar a paz no mundo.
- 3 O trecho “Em um mundo interdependente a prevenção e cessação de conflitos armados entre e dentro dos estados poderá exigir a ação coletiva da comunidade internacional.” (linhas 17 e 18) pode ser reescrito, sem prejuízo de compreensão e conteúdo, como
- (A) “Em um mundo conectado a prevenção e o fim de problemas armados entre e nos estados exigirá a atuação total da comunidade internacional.”
  - (B) “A atuação combinada do coletivo internacional será fundamental para prevenir conflitos armados em um mundo interconectado.”
  - (C) “Para precaver e dar cabo a conflitos armados entre e nos estados poder-se-á requerer atuação conjunta da comunidade internacional, num mundo interdependente.”
  - (D) “Como forma de premunir e interromper conflitos, o mundo inter-relacionado demandará a ação coletiva dos e para os estados.”
  - (E) “Cessar e prevenir conflitos poderá demandar uma ação combinada entre e nos estados, para que um mundo conectado de fato exista.”
- 4 No trecho “O terrorismo jamais pode ser justificado, **pois** a violência sempre gera violência, e **porque** nenhum ato de terror contra populações civis de qualquer país pode ser levado a cabo em nome de causa alguma. **Mas** a luta contra o terrorismo não pode justificar a violação de direitos humanos, leis humanitárias internacionais ou normas civilizatórias e democráticas.” (linhas 27 a 30), os conectivos destacados implicam, respectivamente, relações semânticas de
- (A) causa, causa e oposição.
  - (B) explicação, explicação e adversidade.
  - (C) condição, explicação e adversidade.
  - (D) inclusão, oposição e explicação.
  - (E) concessão, causa e oposição.



- 5 No trecho “A educação para a paz, **que promove não violência e enfatiza a qualidade humana inata da compaixão**, deve ser parte essencial do currículo das instituições educacionais de todos os níveis.” (linhas 37 a 39), as orações em negrito contribuem para
- (A) distinguir o tipo de educação mencionado.
  - (B) qualificar a paz em questão.
  - (C) explicar o que é a educação para a paz.
  - (D) delimitar a educação para a paz pretendida.
  - (E) intensificar o sentido de educação para a paz.
- 6 Tem-se, no trecho “A regra de ouro do mundo não violento é: **Trate os outros da forma como deseja ser tratado**.” (linhas 43 e 44), um exemplo de oração imperativa que expressa
- (A) inclinação.
  - (B) ordem.
  - (C) ênfase.
  - (D) persuasão.
  - (E) sugestão.
- 7 No trecho “A sociedade civil (inclusive os defensores dos direitos humanos e da paz) e os ativistas ecológicos devem ser reconhecidos e protegidos como grupos essenciais para a construção de um mundo não violento.” (linhas 51 a 53), afirma-se que os parênteses poderiam ser substituídos por
- I vírgulas.
  - II ponto e vírgula.
  - III hifens.
  - IV travessões.
  - V dois-pontos.
- Estão CORRETOS os itens
- (A) I e II, somente.
  - (B) II e III, somente.
  - (C) I e III, somente.
  - (D) I e IV, somente.
  - (E) IV e V, somente.
- 8 O item lexical em negrito, no trecho “Devem ser criadas condições para permitir e incentivar a participação da sociedade civil, **especialmente** das mulheres, nos processos políticos em nível global, regional, nacional e local.” (linhas 53 a 55), foi empregado para
- (A) selecionar o complemento nominal ‘das mulheres’.
  - (B) destacar o complemento nominal ‘das mulheres’.
  - (C) incluir o complemento nominal ‘das mulheres’.
  - (D) inverter o complemento nominal ‘das mulheres’.
  - (E) combinar o complemento nominal ‘das mulheres’.



- 9 De acordo com a regência nominal padrão, poder-se-ia reescrever o trecho “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional pela igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.” (linhas 31 a 33) como
- (A) “Para pôr fim a violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional a igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (B) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional à igualdade, liberdade, dignidade e aos direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (C) “Para pôr fim a violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional da igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (D) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional para com igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- (E) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional por cuja igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- 10 Afirma-se que os trechos em que há predicados verbal e nominal são:
- I “A violência é uma doença passível de prevenção. Nenhum estado ou indivíduo pode estar seguro em meio a um mundo sem segurança.” (linhas 1 e 2)
- II “A afirmação dos valores contidos nesta Carta é um passo vital para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade e a consecução de um mundo sem violência.” (linhas 10 a 12)
- III “A fim de contribuir para a eliminação da violência na sociedade, a produção e venda de armas leves deve ser reduzida e fortemente controlada em nível internacional, regional, nacional e local.” (linhas 25 a 27)
- IV “Prevenir os conflitos advindos da falta de recursos naturais, principalmente fontes de energia e água, requer que os estados, afirmativamente e pela criação de padrões e mecanismos legais, garantam a proteção do meio ambiente...” (linhas 39 a 41)
- V “A fim de combater todas as formas de violência, incentivamos a pesquisa científica em todos os campos da interação e diálogo humanos...” (linhas 58 e 59)

Estão CORRETOS

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) IV e V, somente.
- (E) I, II e IV, somente.

## LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os requisitos básicos para investidura em cargo público. Além de ter a nacionalidade brasileira e aptidão física e mental, os outros requisitos básicos são:
- (A) A quitação com as obrigações militares e eleitorais e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, somente.
- (B) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e a idade mínima de dezoito anos, somente.
- (C) O gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares e eleitorais, somente.
- (D) A idade mínima de dezoito anos; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e o gozo dos direitos políticos, somente.
- (E) O gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e a idade mínima de dezoito anos.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é CORRETO afirmar que, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio, probatório por período de
- (A) 24 (vinte e quatro) meses.
  - (B) 36 (trinta e seis) meses.
  - (C) 12 (doze) meses.
  - (D) 48 (quarenta e oito) meses.
  - (E) 60 (sessenta) meses.
- 13 Além dos quesitos exoneração, demissão e promoção, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os outros quesitos em que decorrerá a vacância do cargo público são:
- (A) Readaptação, aposentadoria e falecimento, somente.
  - (B) Aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável, somente.
  - (C) Posse em outro cargo inacumulável e falecimento, somente.
  - (D) Readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
  - (E) Falecimento, aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável, somente.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. É o que contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Para fins do disposto nesta Lei, é CORRETO afirmar que poderá ser concedido remoção ao servidor a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, nas seguintes situações:
- (A) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, somente.
  - (B) Por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
  - (C) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (D) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
  - (E) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração, somente.



- 15 De acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, conceder-se-á ao servidor, além das licenças por motivo de doença em pessoa da família; para serviço militar e para capacitação, as seguintes:
- (A) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política e para tratar de interesses particulares, somente.
  - (B) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.
  - (C) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para atividade política, somente.
  - (D) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para tratar de interesses particulares, somente.
  - (E) Para atividade política; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista, somente.
- 16 O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependem. Essas são duas de várias outras vedações ao servidor público, de acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. É vedado ainda
- (A) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; desviar servidor público para atendimento a interesse particular e retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
  - (B) Retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público e ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
  - (C) Cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal e resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
  - (D) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las; zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva e ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
  - (E) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis; manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição e participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- 17 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento tem por objetivo, dentre outros, o de contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão. Entre os objetivos que o referido Decreto contempla, destaca-se:
- (A) Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, exclusivamente.
  - (B) Capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE, exclusivamente.
  - (C) Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública e capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE.
  - (D) Capacitar o terceirizado para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE, exclusivamente
  - (E) Capacitar o celetista para o desenvolvimento de ações de gestão pública, exclusivamente.



- 18 A gestão dos cargos do Plano de Carreira obedece a vários princípios e diretrizes, como: I – natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II – dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes. É o que contempla a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Outros princípios e diretrizes podem ser identificados, como:
- (A) Qualidade do processo de trabalho; reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão e vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições, somente.
  - (B) Investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais e garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal, somente.
  - (C) Avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários e oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas, somente.
  - (D) Qualidade do processo de trabalho; reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições e investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
  - (E) Vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições; investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público e desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais, somente.
- 19 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dentre outras finalidades, objetivos, diretrizes e instrumentos, o referido Decreto contempla o afastamento para treinamentos regularmente instituídos, que somente serão autorizados quando o horário do evento de capacitação inviabilizar o cumprimento da jornada semanal de trabalho do servidor, observados os seguintes prazos:
- (A) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até quarenta e oito meses, para doutorado; até doze meses, para pós-doutorado ou especialização e até seis meses, para estágio.
  - (B) Até trinta e seis meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.
  - (C) Até trinta e seis meses, para mestrado; até quarenta e oito meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até seis meses, para estágio.
  - (D) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até doze meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.
  - (E) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.



- 20 O Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA é uma das competências do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública, instituído pelo referido Decreto. Outras competências podem ser identificadas, dentre elas:
- (A) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA e constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA, somente.
  - (B) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA e monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA, somente.
  - (C) Constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA e certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA, somente.
  - (D) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
  - (E) Monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos, somente.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 São identificados como eventos que indicam receita, despesa e custo, respectivamente:
- (A) Recebimento de valor por venda efetuada no mês anterior, pagamento a fornecedores, compra à vista de matéria-prima.
  - (B) Aplicação financeira, aquisição de imobilizado, depreciação de móveis e utensílios da administração da empresa.
  - (C) Formação de reservas de lucros, pagamento de salários pertinentes ao mês anterior, compra de mercadorias.
  - (D) Venda a prazo de produção própria, apropriação do salário do mês referente ao setor de vendas, destinação da matéria-prima ao processo produtivo.
  - (E) Assunção de juros passivos, realização de depósito bancário, devolução de compras.
- 22 Durante determinado mês, ocorreram as seguintes movimentações em uma empresa:
- Venda de mercadorias no total de R\$ 40.000,00, sendo recebidos 75% no ato da venda e o restante será recebido em 60 dias.
  - Pagamento do aluguel do prédio comercial referente ao mês anterior, no valor de R\$ 10.000,00.
  - Baixa do estoque de mercadorias vendidas, considerando que, de um total de 12.000 unidades em estoque, foram vendidas 10.000 unidades e o saldo monetário em estoque, antes das vendas era de R\$ 24.000,00.
- Considerando apenas essas operações e que, do lucro líquido do exercício, 70% foram destinados à formação e reservas de lucros e o restante para pagamento de dividendos, é CORRETO afirmar que os valores de reservas de lucros e dividendos a pagar pertinentes a esses eventos correspondem, respectivamente, a
- (A) R\$ 14.000,00 e R\$ 6.000,00.
  - (B) R\$ 10.000,00 e R\$ 3.000,00.
  - (C) R\$ 7.000,00 e R\$ 3.000,00.
  - (D) R\$ 21.000,00 e R\$ 9.000,00.
  - (E) R\$ 15.000,00 e R\$ 5.000,00.



23 O balanço patrimonial de uma entidade estava assim formado pelos seguintes grupos:

Ativo circulante.....R\$ 10.000.000,00  
Ativo não circulante.....R\$ 19.000.000,00  
Passivo circulante.....R\$ 8.800.000,00  
Passivo não circulante.....R\$ 20.000.000,00

Com base nesses dados, é CORRETO afirmar:

- (A) O estado patrimonial é negativo, pois o ativo não circulante é menor que o passivo não circulante.
- (B) O estado patrimonial é positivo, pois o ativo supera o passivo.
- (C) Se constatado que foi lançado de forma indevida o valor de R\$ 500.000,00 em conta de passivo circulante, o estado patrimonial passaria a ser positivo.
- (D) O estado patrimonial é nulo, pois não existe a presença de prejuízos acumulados no patrimônio líquido.
- (E) O fato de o ativo circulante superar em valores o passivo circulante torna positivo o estado patrimonial.

24 Determinada empresa comercial apresentou os seguintes valores extraídos de sua contabilidade:

Item	Valores em R\$
Estoque final	R\$ 80.000,00
Devolução de compras	R\$ 10.000,00
Estoque inicial	R\$ 70.000,00
Compras no período	R\$ 60.000,00

Com base nesses dados, é CORRETO afirmar que o custo das mercadorias vendidas correspondeu a

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 70.000,00.
- (C) R\$ 60.000,00.
- (D) R\$ 50.000,00.
- (E) R\$ 40.000,00.

25 Empresa que efetua o controle do estoque de mercadorias pelo método do inventário permanente realizou as seguintes operações:

- I Aquisição de 1.000 unidades de mercadorias no total de R\$ 10.800,00, estando incluso o valor de R\$ 800,00 correspondente a impostos recuperáveis.
- II Venda a prazo de 700 unidades dessas mercadorias ao valor unitário de R\$ 15,00.

Considerando apenas essas operações, é CORRETO afirmar que o resultado com mercadorias importou em

- (A) R\$ 4.000,00.
- (B) R\$ 2.940,00.
- (C) R\$ 3.500,00.
- (D) R\$ 2.500,00.
- (E) R\$ 3.000,00.

26 Ao ser classificado no ativo imobilizado, determinado componente patrimonial precisa ter, de forma concomitante, as seguintes condições:

- (A) Ser um bem capaz de gerar renda à empresa e estar sujeito à atualização monetária.
- (B) Ser uma exigibilidade vencível no curto prazo e estar sujeito à amortização.
- (C) Ser um bem de uso e não se destinar à venda.
- (D) Ter a capacidade de gerar benefícios econômicos por dez anos e gerar dividendos ao quadro societário.
- (E) Proporcionar rendimentos através de vendas efetuadas e consumir outros ativos pela incorporação ao processo produtivo.



27 Determinada empresa, proprietária de uma jazida cuja extração anual corresponde a 10.000 toneladas, tem esta registrada contabilmente pelo valor de R\$ 5.000.000,00, assim como sua capacidade total de produção é de 100.000 toneladas. Com base nesses dados é CORRETO afirmar:

- (A) Será contabilizado, de exaustão anual, o valor de R\$ 500.000,00.
- (B) A depreciação acumulada mensal corresponde a 10% do valor do bem.
- (C) Por se tratar de recurso natural finito, não se contabiliza a sua exaustão.
- (D) A exaustão será contabilizada como custo mensal no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) Ao final da exploração, o bem será baixado com o valor residual de R\$ 1.500.000,00.

28 Uma provisão deve ser reconhecida contabilmente quando

- (A) possa ser estabelecido com precisão o valor a ser pago pela exigibilidade.
- (B) não existir qualquer possibilidade de saída de recurso.
- (C) a entidade passar a ter uma obrigação de caráter legal em função de eventos que deverão ocorrer.
- (D) for possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- (E) o prazo para pagamento da obrigação for devidamente estabelecido.

29 Obrigatoriamente deverá fazer parte de todo balancete de verificação

- (A) a apuração do resultado do exercício.
- (B) o saldo das contas.
- (C) o critério de avaliação dos ativos.
- (D) as contas excluídas do plano de contas.
- (E) o tipo de tributação da empresa.

30 Determinada entidade desenvolve suas atividades contábeis baseadas nas seguintes premissas:

- I As demonstrações contábeis apresentam valores do ano atual e do ano anterior.
- II As receitas e despesas são registradas considerando o fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento.
- III As retiradas de recursos que os sócios fazem são reconhecidas como remuneração mensal paga pela empresa, em função do trabalho que eles executam na empresa.

É CORRETO afirmar que tais premissas estão baseadas, respectivamente, nos seguintes princípios contábeis:

- (A) Relevância, objetividade e tempestividade.
- (B) Entidade, prudência e oportunidade.
- (C) Atualização monetária, oportunidade e competência.
- (D) Entidade, continuidade e prudência.
- (E) Continuidade, competência e entidade.

31 Considere os eventos a seguir.

- Solicitação de orçamento para possível compra futura.
- Admissão de empregado.
- Venda a prazo de mercadorias.
- Pagamento de seguros para cobertura dos ativos.
- Apropriação dos salários do mês.
- Recebimento de adiantamento de clientes para entrega futura.

É CORRETO afirmar que nos eventos acima descritos existem

- (A) 03 atos administrativos e 03 fatos contábeis.
- (B) 02 atos administrativos e 04 fatos contábeis.
- (C) 04 atos administrativos e 02 fatos contábeis.
- (D) 01 ato administrativo e 05 fatos contábeis.
- (E) 06 fatos contábeis.



32 O pagamento de um título de crédito obtendo um desconto ativo é caracterizado como fato contábil

- (A) modificativo aumentativo.
- (B) compensativo.
- (C) misto aumentativo.
- (D) composto diminutivo.
- (E) modificativo ativo.

33 Observe a seguinte movimentação de contas de resultado em uma empresa:

- Pagamento do aluguel pertinente ao mês anterior, R\$ 4.000,00.
- Venda a prazo de mercadorias no mês, R\$ 6.400,00.
- Pagamento de despesas operacionais pertinentes ao mês atual, R\$ 1.000,00.
- Venda à vista de mercadorias no mês, R\$ 3.000,00.
- Recebimento de numerário de clientes referente a vendas ocorridas no mês anterior, no valor de R\$ 1.600,00.

Com base na movimentação acima, é CORRETO afirmar que pelo regime de

- (A) caixa houve um lucro de R\$ 400,00.
- (B) competência houve um lucro de R\$ 4.400,00.
- (C) competência houve um lucro de R\$ 8.400,00.
- (D) caixa houve um prejuízo de R\$ 500,00.
- (E) competência houve um lucro de R\$ 6.800,00.

34 Em relação à apuração do resultado do exercício, é CORRETO afirmar que os(as)

- (A) receitas serão debitadas em contrapartida de conta transitória.
- (B) contas de resultado serão destinadas ao patrimônio líquido para fins de encerramento de saldos.
- (C) despesas serão debitadas em contrapartida de conta do passivo circulante.
- (D) depreciações também devem ser encerradas em contrapartida da conta intitulada despesas diversas.
- (E) custos das mercadorias vendidas serão encerrados em contrapartida da conta estoque de mercadorias.

35 Determinada empresa comercial, que avalia seus estoques pelo critério da média ponderada móvel, efetuou as seguintes operações:

- Em 05/10/2016, a empresa comprou 1.000 unidades de um determinado produto no total de R\$ 10.000,00.
- Em 20/10/2016, a empresa vendeu 800 unidades desse mesmo produto ao preço unitário de R\$ 12,00.

Considerando que em 01/10/2016 o saldo inicial dessas mercadorias em estoque era de 500 unidades ao valor total de R\$ 5.000,00, bem como a inexistência de tributação nessas operações, é CORRETO afirmar que, após as operações descritas, o estoque final de mercadorias importou em

- (A) R\$ 8.000,00.
- (B) R\$ 9.600,00.
- (C) R\$ 6.000,00.
- (D) R\$ 7.000,00.
- (E) R\$ 5.000,00.

36 Em relação ao fundo fixo de caixa, o registro contábil da ocorrência de pequenas despesas em contrapartida à conta bancária de livre movimento indica o(a)

- (A) recebimento de valores.
- (B) ocorrência de passivos.
- (C) recomposição do fundo fixo.
- (D) quitação de recebíveis.
- (E) assunção de novas dívidas.



37 Considere a seguinte composição patrimonial:

Ativo circulante.....R\$	800.000,00
Ativo não circulante.....R\$	2.200.000,00
Passivo circulante.....R\$	600.000,00
Passivo não circulante.....R\$	1.400.000,00
Patrimônio líquido.....R\$	900.000,00

Considerando a necessidade de equilíbrio entre origens e aplicações de recursos no balanço patrimonial, é CORRETO afirmar que a regularização desta estrutura patrimonial poderia estar no registro de

- (A) fornecedores no passivo circulante, no valor de R\$ 200.000,00.
  - (B) estoques no ativo circulante, no valor de R\$ 100.000,00.
  - (C) prejuízos acumulados no patrimônio líquido, no valor de R\$ 200.000,00.
  - (D) financiamentos no passivo não circulante no valor de R\$ 50.000,00.
  - (E) depreciação acumulada no ativo não circulante no valor de R\$ 100.000,00.
- 38 O princípio orçamentário que veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas na Constituição Federal, é intitulado princípio da
- (A) legalidade.
  - (B) não afetação da receita.
  - (C) exclusividade.
  - (D) especificação.
  - (E) desvinculação.
- 39 A celebração de convênio pelos órgãos ou entidades da administração pública depende de prévia aprovação de um documento proposto pela organização interessada. Tal documento é intitulado
- (A) plano de trabalho.
  - (B) celebração de convênio.
  - (C) instrumento de ação.
  - (D) relação de atividades.
  - (E) cronograma de execução.
- 40 O registro contábil em que se debita a conta intitulada dotação inicial e se credita a conta intitulada crédito disponível, considerando que a informação é de natureza orçamentária, é um evento que, na área da contabilidade aplicada ao setor público, indica o lançamento contábil de
- (A) fixação da despesa orçamentária.
  - (B) pagamento das despesas do exercício.
  - (C) execução das despesas pré-fixadas.
  - (D) recolhimento das receitas tributárias.
  - (E) recebimento de disponibilidades monetárias.
- 41 Enquanto informação de natureza patrimonial, o registro contábil na área da contabilidade aplicada ao setor público que envolve as contas intituladas bens móveis – veículos e fornecedores a curto prazo indica a
- (A) alienação de imobilizado.
  - (B) quitação de um bem adquirido a prazo.
  - (C) incorporação do bem.
  - (D) compra à vista de um ativo.
  - (E) disponibilização de recursos.



- 4.2 O contínuo controle dos bens objeto de inventário, com atualizações ocorrendo a cada movimentação efetuada, caracteriza o inventário do tipo
- (A) rotativo.
  - (B) permanente.
  - (C) eventual.
  - (D) inicial.
  - (E) amostral.
- 4.3 Na demonstração das variações patrimoniais, os impostos, taxas e contribuições de melhoria serão identificados como variações patrimoniais
- (A) efetivas.
  - (B) valorativas.
  - (C) específicas.
  - (D) aumentativas.
  - (E) contributivas.
- 4.4 No balanço patrimonial do ente público, os pagamentos que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate serão classificados no passivo
- (A) não exigível.
  - (B) financeiro.
  - (C) patrimonial.
  - (D) compensatório.
  - (E) permanente.
- 4.5 Enquanto procedimento básico em contabilidade, o registro contábil a débito de uma conta indica
- (A) aumento de valor em se tratando de contas de ativo e diminuição de valor em caso de contas de passivo.
  - (B) diminuição de valor no caso de contas de ativo e aumento de valor em caso de contas de passivo.
  - (C) aumento de valor no caso de registro de receitas e diminuição de valor no caso de registro de despesas.
  - (D) variação positiva em caso de contas de patrimônio líquido.
  - (E) aumento de valor em caso de contas que indiquem exigibilidades.
- 4.6 É CORRETO afirmar que no estado patrimonial positivo o(a)
- (A) patrimônio líquido é igual a zero.
  - (B) ativo é igual ao passivo.
  - (C) passivo é menor que o ativo.
  - (D) passivo circulante é maior que o ativo circulante.
  - (E) receita supera a despesa.
- 4.7 Determinada empresa comercial efetua a constituição mensal da provisão para pagamento do décimo terceiro salário, tendo como base de cálculo a folha mensal de salários que totalizou R\$ 240.000,00. Com base nesses dados, é CORRETO afirmar que no mês será registrado o valor de
- (A) R\$ 240.000,00 de despesas com décimo terceiro salário.
  - (B) R\$ 24.000,00 de décimo terceiro salário a pagar no passivo circulante.
  - (C) R\$ 120.000,00, como a primeira parcela do décimo terceiro salário, compondo o custo das mercadorias vendidas.
  - (D) R\$ 80.000,00 correspondente a um terço da folha de pagamento como despesa mensal com décimo terceiro salário.
  - (E) R\$ 20.000,00 como provisão para o décimo terceiro salário.



- 48 Todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da administração pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas. Tal definição, fixada no parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 8.666 de 1993, caracteriza o instrumento intitulado
- (A) termo de ajuste.
  - (B) contrato.
  - (C) termo de compromisso.
  - (D) convênio.
  - (E) acordo institucional.
- 49 Quanto à dinâmica patrimonial, é CORRETO afirmar que o reconhecimento do custo em uma atividade fabril ocorre quando do(a)
- (A) aquisição de matéria-prima que futuramente será utilizada no processo produtivo.
  - (B) registro dos salários da área administrativa.
  - (C) reconhecimento da venda efetuada.
  - (D) pagamento aos fornecedores pela compra a prazo de matéria-prima.
  - (E) requisição de matéria-prima para o estoque de produtos em processo.
- 50 Os saldos iniciais e finais em espécie, a despesa orçamentária executada por destinação de recurso, a receita orçamentária realizada por destinação de recurso assim como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são componentes que fazem parte da demonstração contábil intitulada
- (A) demonstração dos fluxos de caixa.
  - (B) balanço orçamentário.
  - (C) demonstração das mutações do patrimônio líquido.
  - (D) balanço financeiro.
  - (E) demonstração do valor adicionado.